INCENTIVANDO O TERRORISMO:

Alocações da Autoridade Palestina para terroristas e suas famílias

GEN-BRIG. **YOSSI KUPERWASSER**

Centro de Relações Públicas de Jerusalém

Incentivando o terrorismo

Alocações da Autoridade Palestina para terroristas e suas famílias

Gen-Brig. Yossi Kuperwasser

Com prefácio por

Sander Gerber

Centro de Relações Públicas de Jerusalém

Foto de capa: Documento da Autoridade Palestina mostrando apoio aos prisioneiros e suas famílias no orçamento de 2016 – 488.371.806 shekels israelenses (US$ 128,5 milhões).

Leia essa publicação online:
http://jcpa.org/paying-salaries-terrorists-contradicts-palestinian-vows-peaceful-intentions/

Jerusalem Center for Public Affairs
Beit Milken, 13 Tel Hai St., Jerusalem, 92107, Israel
Email: jcpa@netvision.net.il
Tel: 972-2-561-9281
Fax: 972-2-561-9112

© 2016 Jerusalem Center for Public Affairs

ISBN: 978-965-218-133-6

Sumário

Prefácio 5

Resumo 6

Introdução 8

Capítulo 1
O pagamento de salários para terroristas e familiares de terroristas mortos 11

Capítulo 2
O aspecto legal 14

Capítulo 3
O contexto ideológico 19

Capítulo 4
Atitude dos doadores e de Israel no pagamento de salários 23

Capítulo 5
O que deve ser feito? 26

Anexos

Anexo 1
Salário mensal de acordo com duração da pena 29

Anexo 2
Garantias para prisioneiros soltos 30

Anexo 3
A chave para promoção civil e militar 31

Anexo 4
Alocações para as familias de martires e feridos 32

Anexo 5
Leis da Autoridade Palestina 34

Anexo 6
Orçamento Anual da Autoridade Palestina em Árabe 2013–2016 43

Notas 44

Prefácio

Por Sander Gerber

A AP mantém uma legislação de longa data para pagar e subsidiar terroristas e suas famílias. Isso equivale a um sistema de incentivo do governo da AP oficialmente sancionado para matar israelenses. Quando soube disso, em novembro de 2015, fiquei bastante chocado. Comecei a levantar a questão com líderes da comunidade judaica americana organizada e políticos israelenses, e foi dito que "todo mundo sabe". Desconcertado pela minha própria falta de conhecimento, eu examinava numerosos líderes políticos americanos que, sem exceção, desconheciam a legislação/orçamento da AP. Os poucos líderes que estavam cientes de que a AP paga diretamente terroristas pensavam que o financiamento era apenas de 5 a 6 milhões de dólares; eles ficaram chocados ao saber que, de acordo com o orçamento oficial da AP on-line, foram US$ 300 milhões para 2016.

Durante o ano passado, a opinião predominante era que a onda de facadas contra israelenses consistia em jovens e descontentes "lobos solitários". Ao examinar a questão mais de perto, percebi que a "incitação" é muito mais do que apenas um clérigo errante ou conselho escolar rebelde, mas sim uma campanha institucional de violência contra Israel, coordenada e financiada pela próprio AP. Esta "luta" ou guerra é endossada pela liderança palestina, como evidenciado por sua legislação de 2004 especificando: "Os prisioneiros e prisioneiras soltos são um setor de luta e parte integrante da dinâmica da sociedade palestina árabe". Os itens da linha orçamentária da AP são destinados ao financiamento de prisioneiros, prisioneiros libertados e famílias de "mártires".

Gen-Brig. Yossi Kuperwasser, meu amigo, liderou uma carreira distinta como um oficial de inteligência do IDF no nível mais alto, bem como um estrategista brilhante, mais recentemente servindo como Diretor Geral do Ministério dos Assuntos Estratégicos. Neste estudo, ele apresenta com precisão a história e o estado atual da legislação/orçamento da AP para o terror, bem como recomendações políticas.

SANDER GERBER é CEO da Hudson Bay Capital Management. Desde o 11/09 atuou em funções de consultoria lidando com o financiamento do terrorismo internacional . Em 2006, ele foi apontado como administrador do Woodrow Wilson International Center for Scholars. Servindo como vice-presidente do Wilson Center por 7 anos. Atualmente é membro do Wilson Cabinet e membro do Conselho de Relações Exteriores (CFR).

Resumo

- Os pagamentos de salários pela AP e pela OLP aos terroristas e às famílias de terroristas mortos refletem a identidade central do público palestino e em geral como eles veem. De acordo com os líderes palestinos, alcançar seu objetivo nacional de estabelecer seu Estado sobre toda a Palestina compromete-os a lutar contra o sionismo de várias maneiras, incluindo o terrorismo. Portanto, os terroristas, ainda mais do que aqueles que lutam por outros meios, são heróis lutando pela causa nacional e religiosa, e é por isso que eles devem ser glorificados e recompensados sem qualquer hesitação.

- Os pagamentos salariais a terroristas de todas as organizações terroristas palestinas, incluindo o Hamas, bem como aqueles que realizaram ataques terroristas após a entrada em vigor dos acordos de Oslo, são feitos de acordo com a legislação da Autoridade Palestina que se refere aos terroristas especificamente como "Lutadores". Deixa claro que os acordos de Oslo não são considerados pela liderança palestina e pela maioria do povo palestino como um desvio ou fim para a batalha contra o sionismo.

- A reação da comunidade de doadores e de Israel reflete o sucesso dos palestinos em se retratarem como vítimas. Os doadores não se sentem confortáveis em fazer do apoio oficial palestino ao terror uma questão de disputa com a AP.

- Os doadores e alguns em Israel também estão preocupados que medidas contra a Autoridade Palestina que se opõem a essa prática possam levar a uma radicalização ainda maior dos palestinos, causando uma deterioração da frágil situação. Os palestinos percebem esse dilema para voluntariamente fechar os olhos para os pagamentos dos salários, encarando como um sinal verde para continuar o incentivo ao terror através dos pagamentos, bem como outros tipos de incitação, doutrinação do ódio e deslegitimação de Israel e a disseminação dessa ideologia no Ocidente e até em Israel.

- Legalmente, os pagamentos de salários a terroristas estão em forte contraste com os acordos de Oslo, segundo os quais a OLP e a AP através da OLP comprometeram-se a parar o terror e abster-se de encorajá-lo. Também está em forte contradição com as convenções internacionais sobre

contraterrorismo

e às leis da maioria dos países doadores, uma vez que este é o apoio direto a terroristas afiliados a organizações designadas como organizações terroristas tanto pelos Estados Unidos quanto pela UE. Ao apoiar financeiramente a AP e permitir que ela aloque fundos para salários de terroristas, Israel e os doadores agem de forma que não seja apenas ilógica e imoral, mas também ilegal de acordo com suas próprias leis.

- A maneira de lidar com esse problema é principalmente tornando-se consciente da ideologia palestina e sua institucionalização através dos pagamentos de salários para "lutadores", e depois esclarecendo aos palestinos através de meios jurídicos, econômicos e políticos, que essa ideologia e a política de pagamento de salários a terroristas é inaceitável e deve mudar. Esta deve ser uma condição para ajudar os palestinos, e é a única maneira de promover um acordo de paz entre Israel e os palestinos. Aderir à política de ignorar os salários permite apenas que a AP aumente seu apoio ao terror e leve à eternização do conflito, com todas as duras consequências que se seguem.

A família de Mohammed Tarayreh, que esfaqueou até a morte uma menina israelense de 13 anos em sua cama, agora está qualificada a receber pensão do "fundo de mártires palestinos" (*Foto Associated Press*)

Introdução

Quando Israel revelou em 2016 que havia prendido o diretor palestino da organização de ajuda "World Vision" de Gaza, e mais tarde um funcionário proeminente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), de Gaza, por desviar assistência internacional de fins humanitários e civis para apoiar as atividades terroristas do Hamas, grande parte do mundo ficou chocada. No entanto, ao mesmo tempo, a Autoridade Palestina (AP) oficialmente, publicamente e orgulhosamente apoia o terrorismo usando financiamento internacional. A AP paga diretamente e, a partir de 2014, parcialmente através da Organização de Libertação da Palestina (OLP), cerca de 1,1 bilhão de shekels (cerca de US $ 300 milhões) todos os anos como salários para palestinos terroristas nas prisões israelenses, continuando depois de serem libertados, e para as famílias de terroristas mortos e outros palestinos que morreram lutando contra o sionismo.

Esses salários de "incentivos ao terror" aparecem claramente no orçamento da AP. Eles investem 7% do orçamento palestino e mais de 20% da ajuda externa anual da AP. (Veja anexos para legislação e orçamento da AP, e cronogramas de pagamento de prisioneiros e mártires.)

Pode parecer estranho, mas as reações internacionais e israelenses a esses pagamentos têm sido mínimas até recentemente, e a ajuda e os pagamentos continuam fluindo sem interrupções significativas.

O objetivo deste estudo é examinar o contexto ideológico e político para o pagamento desses salários que constituem apoio flagrante ao terrorismo em contradição com os compromissos palestinos nos acordos de Oslo. Discute-se a atitude de Israel e a comunidade internacional de doadores para os pagamentos e os aspectos legais desse fenômeno. Por fim, o estudo apresenta ações recomendadas para lidar com o mesmo.

GEN-BRIG. YOSSI KUPERWASSER é diretor do Projeto de Desenvolvimento Regional do Oriente Médio no Jerusalém Center. Ele também foi diretor geral do Ministério de Relações Estratégicas e líder da Divisão de Pesquisa da inteligência militar das Forças de Defesa de Israel.

Gastos diretos da autoridade palestina em apoio a terroristas e suas famílias como porcentagem do orçamento total e ajuda externa

	2013	2014	2015	2016
1. Salaries to imprisoned and released terrorists	423.8 million shekels	442.8 million shekels	481.3 million shekels	488.4 million shekels (530.5 million shekels total incl. administrative costs)
	$111,516,570	$116,528,150	$126,662,890	$128,518,896
2. Salaries to "martyrs" families	603.6 million shekels	618.6 million shekels	620.4 million shekels	663.6 million shekels
	$158,843,940	$162,807,890	$163,268,940	$174,630,296
Total salaries to support terror (Lines 1+2)	1,027.4 million shekels	1,061.4 million shekels	1,101.7 million shekels	1,152.0 million shekels
	$270,360,520	$279,336,050	$289,931,840	$303,149,193
Percentage of total budget	7%	7%	7%	6.9%
Percentage of foreign aid	20%	24%	14.8%	29.6%
Total PA budget	14.387 billion shekels	14.771 billion shekels	15.673 billion shekels	16.577 billion shekels
	$3.786 billion	$3.887 billion	$4.124 billion	$4.362 billion
Total Foreign Aid	4.915 billion shekels (of which 4.532 billion current budget and 384 development)	4.402 billion shekels (of which 3.676 billion current budget and 726 million development)	7.410 billion shekels (of which 3.120 billion current budget and 4.290 billion development)	3.881 billion shekels (of which 2.925 current budget and 956 million development)
	$1.29 billion	$1.15 billion	$1.95 billion	$1.02 billion
Money Transfer from the PA to the PLO	267.9 million shekels	294.5 million shekels	775.3 million shekels	873.2 million shekels
	$70,505,789	$77,500,000	$204,031,315	$229,785,520

Note: calculation into dollars – flat exchange rate of 3.8 shekels to the dollar (Source: Palestinian Authority's Ministry of Finance, annual budgets. See Appendix 6.)

Política da Autoridade Nacional Palestina

Abbas, presidente palestino na televisão, 16 de setembro de 2015 (*Palestinian Media Watch)*

"Nós abençoamos cada gota de sangue derramada por Jerusalém, que é sangue limpo e puro"

Abbas, Mahmoud (Presidente da Autoridade Nacional Palestina)

Condenações claras do ex-primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu

"No YouTube, Ali [um adolescente palestino] assiste a um clipe do próprio presidente Abbas dizendo: "Damos as boas-vindas a cada gota de sangue derramado em Jerusalém" Durante o jantar, Ali pergunta à mãe o que aconteceria se ele matasse um judeu e fosse para uma prisão israelense. Aqui está o que ela diz. Ela diz-lhe que ele receberia milhares de dólares por mês pela Autoridade Palestina. Na verdade, ela diz a ele, quanto mais judeus ele mataria, mais dinheiro ele receberia. E quando ele sair da prisão, Ali teria um emprego garantido com a Autoridade Palestina... Centenas de milhares de crianças palestinas... são doutrinados com ódio a cada momento, a cada hora. Isso é abuso infantil. Imagine seu filho sofrendo uma lavagem cerebral. Imagine o que é preciso para um menino ou menina se libertar da cultura do ódio. Alguns fazem, mas muitos não. Como podemos esperar que jovens palestinos apoiem a paz quando seus líderes envenenam suas mentes contra a paz?

Enquanto os líderes israelenses condenam terroristas, todos terroristas, árabes e judeus, líderes palestinos celebram terroristas. Enquanto Israel prende um punhado de terroristas judeus entre nós, os palestinos pagam milhares de terroristas entre eles."

— Ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu,
Assembleia Geral da
ONU 22 de
setembro de 2016

Capítulo 1

O pagamento de salários a terroristas e familiares de terroristas mortos

Este capítulo é em grande parte baseado em depoimentos de Yigal Carmon, presidente do MEMRI, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 6 de julho de 2016.

O pagamento de salários aos terroristas presos e às famílias dos terroristas mortos está ancorado em uma série de leis palestinas e decretos governamentais, principalmente as leis nº 14 e nº 19 de 2004, e a Lei nº 1 de 2013 (ver anexo 5). Essas leis descrevem os prisioneiros como "um setor de luta e parte integrante da tecelagem da sociedade árabe palestina" e pregam que "os direitos financeiros do prisioneiro e de sua família devem ser assegurados". Eles também afirmam que a AP fornecerá o subsídio a "todos os prisioneiros, sem discriminação". De acordo com as leis, A AP deve fornecer aos presos uma mesada mensal durante seu encarceramento, além de salário ou empregos após sua libertação. Eles também têm direito a isenções de pagamentos por educação, saúde e formação profissional. Seus anos de prisão são calculados como anos de serviço em instituições da AP. Quem ficou preso por cinco anos ou mais tem direito a um emprego em uma instituição da AP, e quanto mais tempo preso, mais alto será seu cargo e maior será seu salário dentro do aparato governamental. Assim, a AP dá prioridade na alocação do trabalho às pessoas que estavam envolvidas em atividades terroristas. O presidente palestino, Mahmoud Abbas, enfatizou mais de uma vez que "os prisioneiros são prioridade máxima".

Por causa desse compromisso, a AP investe quantias significativas nas despesas de presidiários e suas famílias. A AP dedicou 488,4 milhões de shekels para salários a terroristas soltos e presos no orçamento de 2016 (42,1 milhões adicionais de shekels são alocados para a administração do pagamento dos salários). A AP entrega o dinheiro para o pagamento desses salários à OLP, que executa os pagamentos reais. Além disso, a AP paga subsídios às famílias dos "mártires". Esses subsídios somaram 663,6 milhões de shekels no orçamento de 2016, e a AP os paga diretamente.[1] No total, a AP pagou cerca de 1,152 bilhão de shekels (US$ 303 milhões) dentro do orçamento de 2016 para salários e subsídios relacionados ao terror. Isso equivale a cerca de 7% do orçamento global e quase 30% da ajuda externa projetada, a maioria das quais vai para o orçamento geral. (2,925 bilhões de shekels dos 3,881 bilhões em ajuda externa vão para o orçamento geral e os salários para terroristas e famílias somam quase 40% da ajuda

direcionada ao orçamento geral.)

Ao longo dos anos, o governo palestino tomou uma série de decisões implementando as leis. (Ver anexo 5.) Atualmente, os salários são pagos com base na decisão do governo da AP nº. 23 de 2010, que especifica a pensão mensal dos presos de acordo com o tempo de sentença. Varia de US$ 364 por mês para até três anos de prisão a US$ 3.120 por mês por 30 anos ou mais. Há um bônus de US$ 78 para terroristas de Jerusalém e um bônus de US$ 130 para terroristas árabes- israelenses. (Para o gráfico completo, consulte o anexo 4, Figura 2). A AP também fornece aos presos uma mesada mensal para despesas de cantina, totalizando US$ 780.000 por mês.

Embora a lei expresse que os presos devem receber subsídios "sem distinção", houve episódios em que a AP cortou subsídios por razões políticas. Por exemplo, em dezembro de 2015, os subsídios foram reduzidos de US $ 338 para US $ 208 para prisioneiros libertados que eram membros do Hamas e da Jihad Islâmica, e, recentemente, para os membros da PFLP também, seguindo a tensão política entre essas organizações e a AP. Esta decisão política despertou o protesto da diretora da Comissão de Assuntos de detentos e ex-detentos, Issa Qaraqe, que disse: "É inaceitável para o Ministério da Fazenda cortar o salário de um detento.". Sua declaração prova que a AP – e nenhuma outra entidade – financia esses subsídios e que a AP não só pode como corta benefícios aos presos quando ela quiser.

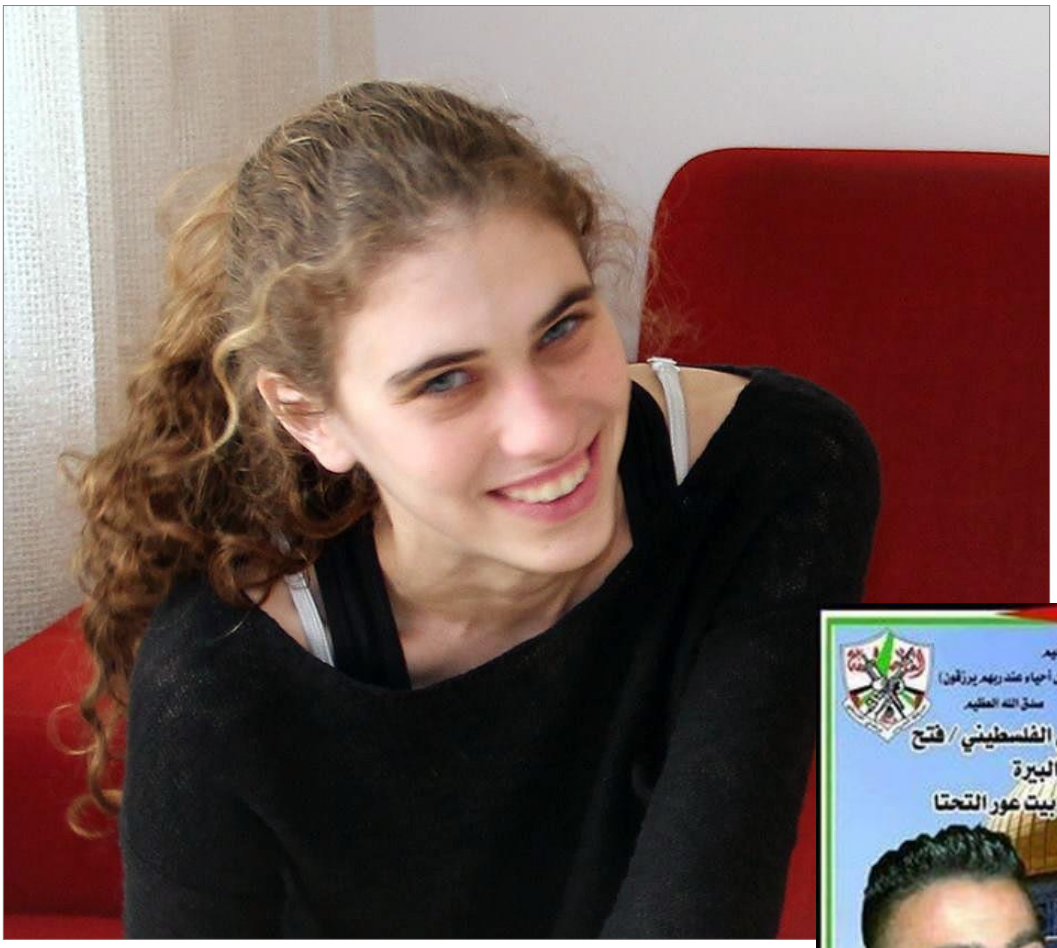
Em maio de 2014, ocorreu uma mudança administrativa. Abbas emitiu uma ordem presidencial segundo a qual os pagamentos aos prisioneiros não seriam mais distribuídos pelo Ministério dos Assuntos dos Prisioneiros e Prisioneiros Libertos da AP. Em vez disso, seriam desembolsados por uma Comissão da OLP para Os Assuntos dos Detentos e ex-detentos. O objetivo deste movimento deliberadamente enganoso foi aliviar a pressão sobre a AP por países doadores que não desejam que seu dinheiro seja canalizado para apoiar o terrorismo. No entanto, o dinheiro para os subsídios ainda vem do orçamento da AP (onde aparece de forma clara e aberta), em grande parte financiado pelos doadores internacionais e por impostos coletado por Israel. Além disso, os escritórios permaneceram os mesmos e o funcionário responsável permaneceu o mesmo sob um novo cargo. Além de permanecer como fonte do dinheiro, a AP também continua a funcionar como órgão que supervisiona os pagamentos. Para obter mais detalhes sobre a tentativa da AP de enganar os doadores, consulte a Palestinian Media Watch. [2]

Vários funcionários palestinos de alto escalão abordaram essa mudança: Em junho de 2014, o ex-vice-ministro para assuntos dos prisioneiros, Ziyad Abu 'Ayn, explicou que "o interesse nacional requer esta mudança porque os países doadores estabeleceram dezenas de comitês investigativos com foco na questão [de seus] fundos que são transferidos da AP para os presos." Funcionários da AP admitiram que a AP continua sendo o financista e o tomador de decisões em todas as coisas relativas ao apoio aos prisioneiros e às famílias dos mártires. Por exemplo, em setembro de 2014, o diretor de detentos e ex-detentos em Hebron, Ibrahim Najajra, disse que a mudança de status de um ministério para uma comissão "não prejudicaria o valor dos prisioneiros ou de seu status

legal, moral ou político, uma vez que os serviços

estendido a eles estão ancorados em lei." Ele acrescentou que a comissão estaria sob a supervisão direta da presidência palestina e que os pagamentos seriam feitos diretamente pelo Fundo Nacional Palestino da OLP. Em dezembro de 2015, o secretário do Gabinete da AP, Ali Abu Diyak, anunciou que o governo da AP estava comprometido em continuar a pagar subsídios aos combatentes presos pela sua luta nacionalista e para as famílias dos mártires e feridos.

Para obter detalhes sobre os níveis salariais, consulte o anexo 4, As Figuras 1 e 2.



A vítima Shlomit Krigman. (Facebook)

Em 25 de janeiro de 2016, Ibrahim Osama Alan e outro palestino, entraram na comunidade judaica de Beit Horon, onde esfaquearam duas mulheres judias, matando Shlomit Krigman, de 23 anos. Os terroristas foram neutralizados pela segurança da comunidade. No dia seguinte, o Fatah, organização do presidente palestino Mahmoud Abbas, publicou um poster saudando "o bravo shahid (mártir)", Ibrahim Osama. A mensagem foi publicada pelos braços do Fatah em Ramallah, Al Bira e Beit Ur al Tahta "em nome de Allah, o misericordioso e beneficente".

Capítulo 2

O Aspecto Legal

A legislação oficial da Autoridade Palestina coloca na folha de pagamento, todos os palestinos (incluindo árabes israelenses) presos em Israel por crimes de terrorismo.[3] A legislação define "prisioneiros" beneficiados por essa lei, como "Qualquer um preso nas prisões da ocupação como resultado de sua participação na luta contra a ocupação.[4] A AP também paga por lei alocações mensais às famílias dos palestinos que perderam suas vidas no contexto desta luta (referida como "Mártires"), incluindo aqueles que estavam envolvidos na realização de ataques terroristas.

Enquanto os presos comuns , como os ladrões de carros, não recebem um salário, cada pessoa que comete atos de terror está na folha de pagamento da AP. O salário vai diretamente para o terrorista ou a família do terrorista.[5] Mais de 5.500 prisioneiros palestinos que cumprem pena por crimes relacionados ao terrorismo são beneficiários.

Esta situação, na verdade, constitui uma clara violação das normas e obrigações nacionais e internacionais. Além disso, os salários são *garantidos antecipadamente* aos terroristas e suas famílias, tornando assim a Autoridade Palestina advogada de atividades terroristas e diretamente responsável por eles.

Tentativas palestinas de ocultar os pagamentos a terroristas

Após críticas e pressões dos governos doadores, a AP anunciou em agosto de 2014 que havia fechado seu Ministério dos Assuntos dos Prisioneiros, que destinava os salários mensais diretamente para terroristas.[6]

Foi estabelecida uma infraestrutura de substituição fictícia para a transferência contínua de salários e benefícios dos presos - supostamente independentes da AP -, foi criada a "Comissão dos Assuntos dos Prisioneiros" dentro da Organização de Libertação da Palestina (OLP). No entanto, como mencionado acima, os recursos alocados para esse fim continuam vindo diretamente do orçamento da AP e são destinados especificamente para essa meta no orçamento, por isso é claro que nada realmente mudou.

De qualquer forma, a OLP é a organização guarda-chuva palestina reconhecida internacionalmente dentro da qual a AP opera como o órgão de administração na Cisjordânia em terras sob jurisdição palestina. Como tal, a OLP, como órgão-mãe da AP, não é menos responsável e comprometida com seus acordos com Israel, a abster-se de todas as atividades ligadas a terrorismo, incluindo a transferência de fundos para terroristas.

Desta forma, a liderança palestina esperava que o financiamento indireto dos prisioneiros através da OLP não fosse visto por doadores estrangeiros. De fato, os governos tendem a ver essa ficção como uma solução satisfatória para a questão.

No entanto, essa manipulação fictícia não alterou o fato de que doações estrangeiras estão sendo usadas para pagar salários e benefícios a prisioneiros terroristas.

Esta manipulação dos programas de ajuda dos governos de doadores estrangeiros constitui, no entanto, uma clara violação tanto da legislação nacional contra o terrorismo dos países doadores, como dos acordos entre a OLP e Israel, testemunhados pelos mesmos governos (incluindo os Estados Unidos e a UE).

Também viola seriamente as leis acordadas do direito internacional, conforme estabelecido nas convenções internacionais contra o terrorismo e nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Os acordos OLP-Israel

Os "Acordos de Oslo" e seus documentos relacionados, assinados entre a liderança palestina e Israel [a Declaração de Princípios sobre Arranjos Interinos de Auto-Governo , comumente conhecido como "Oslo I" (1993),[7] o Acordo Provisório Israelo-Palestino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, comumente conhecido como "Oslo II" (1995)[8] e outros documentos relacionados] constituem os aceitos e quadro reconhecido que determina todos os aspectos da relação Israelo-Palestina.

Os Acordos de Oslo são uma série de acordos entre a “Organização da Libertação da Palestina” (OLP), representando o povo palestino, e o Governo do Estado de Israel.

A OLP é uma organização guarda-chuva cujos membros incluem vários grupos terroristas palestinos, como o Al-Fatah e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (PFLP). Para obter uma lista completa de grupos terroristas constituintes dentro da OLP, consulte nota. [9]

A Autoridade Palestina (AP), diferente da OLP, é o órgão subordinado estabelecido por acordo entre Israel e a OLP em Oslo

Acordos com o propósito de administrar as áreas e implementar os poderes e responsabilidades transferidos a ela por Israel. [10]

A AP foi estabelecida apenas para fins de administração e governança, e suas responsabilidades são limitadas exclusivamente a esta esfera. Neste contexto, a AP é proibida pelos Acordos de Oslo de conduzir relações exteriores ou assinar acordos ou fazer qualquer coisa que não se relacione com a governança das áreas sob sua jurisdição.

Como tal, a AP nada mais é do que uma "criatura dos acordos PLO-Israel ". Assim, as obrigações da OLP nos termos dos Acordos de Oslo – incluindo a obrigação de abster-se de – de agir contra– e de desencorajar o terror – são igualmente aplicáveis à OLP e a AP.

Nos Acordos de Oslo, a OLP está formalmente comprometida com o combate a todas as formas de terrorismo, violência e incitação.

- Este compromisso aparece em primeiro lugar em uma troca de cartas entre o presidente da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, datado de 9 de setembro de 1993.

> A OLP considera que a assinatura da Declaração de Princípios constitui um evento histórico, inaugurando uma nova época de convivência pacífica, livre de violência e de todos os outros atos que colocam em risco a paz e a estabilidade. Assim, a OLP renuncia ao uso do terrorismo e de outros atos de violência e assumirá a responsabilidade sobre todos os elementos e pessoal da OLP, a fim de assegurar sua conformidade, evitar violações e infratores disciplinares. [11]

- O Acordo Provisório Israelo-Palestino de 1995 sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, assinado em Washington D.C. (comumente conhecido como Oslo II), e especificamente seu "Protocolo relativo a Reimplantação e Arranjos de Segurança (Anexo I)", segundo artigo sobre "Política de Segurança para a Prevenção de Terrorismo e Violência." [12]

- No contexto dos Acordos de Oslo, está acordado que os acordos entre a OLP e os países que doam fundos para a AP devem limitar-se à implementação de acordos para assistência a Ap no cumprimento de suas funções. [13]

Claramente, o pagamento de salários e benefícios a pessoas presas por atos de terror parece ser incompatível com essa exigência, se tais pagamentos são canalizados através a OLP ou a AP.

Assim, a transferência pela OLP do financiamento de doadores para pagamento de salários a terroristas na prisão vai firmemente contra as obrigações da OLP em relação a Israel nos termos dos Acordos de Oslo, bem como em

relação aos Estados Unidos, à UE e aos demais signatários que assinaram os Acordos como testemunhas.

Da mesma forma, a transferência de tais fundos de doadores pela AP como subordinada, autoridade de implementação , constitui não menos uma violação das obrigações palestinas.

Leis nacionais de contraterrorismo

Canalizar fundos de doadores para terroristas é contrário à lei nacional nos países doadores, bem como à lei internacional contra o terrorismo.

Nos Estados Unidos, a Lei de Apropriações Consolidadas , 2010: Assistência para a Cisjordânia e Gaza, Seção 7039(b) exige que:

> Antes da obrigação de fundos apropriados por esta Lei sob o título "Fundo de Apoio Econômico" para assistência para a Cisjordânia e Gaza, o Secretário de Estado tomará todas as medidas adequadas para garantir que tal assistência não seja prestada a ou através de qualquer entidade individual, privada ou governamental, ou instituição de ensino que o Secretário sabe ou tem razões para acreditar que defenda, planeje, patrocine, se envolva ou já tenha se envolvido em atividade terrorista.

Lei e prática internacional

Desde o início dos esforços internacionais para combater o terrorismo, a questão do financiamento do terrorismo tem sido consistentemente figurada como um componente importante e central do terror internacional. Daí as obrigações em tratados internacionais e regionais, bem como resoluções da ONU, de agir para prevenir o financiamento do terrorismo, especialmente na medida em que constitui uma forma de incentivo e apoio, tanto moral quanto prático, para o terrorismo.

- A Convenção Europeia sobre a Supressão do Terrorismo de 1977, alterada, reafirma todas as convenções antiterrorismo, incluindo a convenção de financiamento do terrorismo de 1999. [14]

- A Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo[15], da qual os Estados Unidos fazem parte desde 2002, é uma de uma série de convenções internacionais contra o terrorismo. Esta criminaliza a provisão de financiamento, direta ou indiretamente, para qualquer uso ligado ao terrorismo.

- A Declaração das Nações Unidas sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional (Resolução da Assembleia Geral 49/60)[16] pede aos Estados que se abstenham de organizar, instigar, facilitar, encorajar, tolerar, e financiar atividades terroristas .

- Instrumentos regionais de combate ao terrorismo semelhantes que obrigam

os Estados-membros a agir contra o financiamento do terrorismo incluem a Convenção Interamericana contra o Terrorismo de 2002, que contém especificamente e detalhadamente nos Artigos 4º, medidas para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo, artigo 5º sobre a

apreensão e confisco de fundos ou outros bens, e artigo 6º relativo à lavagem de dinheiro. [17]

- Resolução 1373 (2001)[18] do Conselho de Segurança da ONU adotada após os ataques do World Trade Center em 2001. Esta resolução obrigatória adotada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de ameaças à paz, violações da paz e atos de agressão, reconhecida "a necessidade de os Estados complementarem a cooperação internacional tomando medidas adicionais para prevenir e suprimirem seus territórios, por meios legais, o financiamento, e preparação de quaisquer atos de terrorismo."

  A resolução obrigou os Estados a cooperar no combate ao terror internacional e criminalizou toda a provisão de financiamento para uso terrorista, determinou o congelamento e a proibição da transferência de fundos e bens de pessoas que cometem atos terroristas.

- O Plano de Ação Da Estratégia Global contra o Terrorismo da ONU de 2006 (anexado à resolução 60/288 da Assembleia Geral) repete a determinação dos Estados-membros de prevenir e combater o terrorismo, inclusive por meio da abstenção de financiamento do terror, e especificamente incentiva os Estados a implementar padrões internacionais sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. [19]

À luz do exposto, é claro que o uso de fundos internacionais para pagar os salários e benefícios de terroristas que cumprem penas de prisão por atos de terror é a própria antítese de qualquer *boa-fé*, ação internacional positiva para incentivar a paz e a estabilidade no Oriente Médio.

Constitui principalmente uma violação das obrigações palestinas específicas nos termos dos Acordos de Oslo. Mina e contraria normas e obrigações aceitas encapsuladas em instrumentos jurídicos internacionais , incluindo a Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Financiamento ao Terror, de 1999, e a resolução do Conselho de Segurança da ONU de 2001 para combater o terror internacional, e outros.

O uso de fundos governamentais americanos e europeus para o pagamento direto ou indireto dos salários dos prisioneiros vai contra o próprio espírito de suas respectivas políticas antiterrorismo, bem como contra seu envolvimento ativo no processo de paz israelo-palestino.

Capítulo 3

O contexto ideológico

Para entender o contexto ideológico dos salários aos terroristas e a legislação palestina relevante, é necessário abordar a narrativa nacional palestina e o ethos. O objetivo palestino a longo prazo é estabelecer um Estado para o povo palestino em tudo o que era a Palestina histórica. Para esse propósito, buscam a morte do sionismo e do Estado de Israel. Os palestinos estão bem cientes de que Israel é muito forte para ser destruído em um futuro próximo. Eles também estão cientes de que essa ideologia não pode obter apoio internacional, uma vez que Israel é um Estado-membro da ONU e goza de apoio ocidental como estado-nação democrático do povo judeu dentro (mais ou menos) das linhas de 1967. É por isso que após a guerra do Yom Kipur que o Conselho Nacional Palestino (PNC) adotou uma política de ilusão chamada " A Teoria das Fases ", que levou eventualmente à declaração palestina de independência pelo PNC em 1988 e aos acordos de Oslo em 1993.

Os sete "pilares básicos " da identidade palestina que evoluiu nos últimos 100 anos permanecem os mesmos apesar dos acordos de Oslo. Quatro desses pilares são críticos, e três são imperativos. Os princípios críticos declaram que o sionismo e sua realização no estado-nação dos judeus constituem injustiça porque:

1. Os judeus não são nem um povo nem uma nação, mas apenas crentes de uma religião e, portanto, não têm o direito de autodeterminação nacional em um estado-nação próprio (ao contrário dos árabes-palestinos que são um povo e merecem seu estado).

2. Os judeus não têm uma história nacional ou soberana na terra de Israel/ Palestina. É por isso que seu esforço para justificar sua demanda por um Estado-nação neste pedaço de terra, baseado na visão de reconstituir o lar nacional judeu lá (como afirmado no mandato dado à Grã-Bretanha pela Liga das Nações em 1922), é falso e infundado. Isso se aplica a toda a legitimidade internacional para o estabelecimento de Israel como o estado-nação do povo judeu. A Palestina em sua totalidade é a terra de apenas um povo – os palestinos. Os palestinos insistem neste contexto em negar a existência não só dos reinos judeus, mas também do Templo Judeu no Monte do Templo, assim chamando então de "o suposto Templo".

Recentemente, eles conseguiram aprovar uma resolução na UNESCO que

ignora e nega a relação especial judaica com Jerusalém, e eles levantaram a noção de processar a Grã-Bretanha para a Declaração Balfour de 1917 .

3. Judeus, em geral, sionistas, em particular, e colonos mais do que outros, são terríveis "criaturas". Eles são por sua natureza (e é aqui que a clássica descrição estereotipada dos judeus no antissemitismo europeu entra em jogo) gananciosa, cruel, isolacionista, astuta , lutando pela dominação mundial, responsável por todas as dificuldades, condescendente, percebendo-se como superiores e belicosos. Além disso, como afirmado por certas tradições islâmicas, eles são vistos como descendentes de "porcos e macacos " e como relutantes em entender e aceitar a divino mensagem do Islã. Essas características fizeram com que os europeus ansiassem para se livrar dos judeus, e justificam atualmente a intransigência palestina de aceitar os judeus que foram forçados sobre eles pelo Ocidente colonialista.

4. A luta contra o sionismo é nacional e religiosa. É nacional no sentido de que os palestinos como povo têm direito a toda a Palestina, sua pátria; e é religioso no sentido de que a Palestina fez parte das primeiras conquistas do Islã e se tornou uma "Casa do Islã" (Dar *el-Islam*) e como tais, de acordo com algumas interpretações religiosas, não pode ser governado por qualquer um que não seja muçulmano. É por isso que aqueles que morrem na luta são "mártires" no sentido religioso *(shahid*). Uma vez que Israel é considerado como uma ponte para a cultura ocidental e influência no Oriente Médio muçulmano, a batalha contra sua existência também é justificada como parte da guerra para proteger o Islã contra a dominação ocidental e a cultura ocidental.

Os três elementos imperativos são:

1. Um palestino deve lutar constantemente contra o sionismo, e todas as formas de luta, incluindo o terror, são legítimas e devem ser glorificadas e recompensadas. Os palestinos usam o termo "*mukawama*" ou resistência para esta luta. A preferência de várias formas de luta deve basear-se em considerações de custo-benefício em relação à sua contribuição para promover a luta contra o sionismo em um dado momento. A firmeza e as atividades culturais são sempre formas recomendadas de lutar. Além disso, a deslegitimação, incluindo a BDS, é uma das formas recomendadas de luta nesta fase por todas as facções dos palestinos. A AP recomenda também atividade diplomática unilateral e "resistência popular" (termo que se refere a atividades terroristas violentas que não envolvem o uso de armas de fogo ou explosivos, como esfaqueamentos, atropelamentos, coquetéis Molotov e apedrejamento), enquanto o Hamas recomenda todas as formas de terrorismo . Após seis meses promovendo a onda de terror no contexto de uma "resistência popular", a AP embarcou no final de março de 2016 em um esforço para fazê-lo diminuir devido ao seu cálculo custo-benefício político . (Para uma explicação aprofundada, veja "A Tentativa de Abu

Mazen de reduzir a onda de terror de esfaqueamentos". [20]

2. Os palestinos devem se considerar como vítimas – e os únicos – no conflito. Sua vitimização é um produto do Ocidente imperialista (que legitimou o estabelecimento do Estado de Israel) e do sionismo (que, segundo eles, é responsável pela criação do problema dos refugiados e da ocupação desde 1948 e 1967). Por serem vítimas, não podem ser responsabilizadas ou responsáveis por seus atos, nem poderiam ser criticadas pela forma como gastam o dinheiro recebido dos doadores. A vitimização dos judeus na Europa durante o Holocausto foi horrível e é hoje lamentada pelos palestinos, mas foi deliberadamente exagerada, promovida, e explorada pelos sionistas; não justifica a injustiça que está por trás da vitimização palestina, especialmente de subjugar os palestinos com uma política de apartheid e práticas nazistas.
3. Os palestinos devem estar sempre comprometidos com toda a Palestina, mesmo que não seja realista acreditar que eles seriam capazes de governar toda a Palestina tão cedo. Este compromisso é inabalável, e qualquer erosão nele é traição e justificativa da narrativa sionista.

Com base nesses sete pilares, fica claro porque os palestinos olham para os autores do terror contra o sionismo, antes e depois dos acordos de Oslo, como seus "combatentes" e heróis, como afirmado nas leis palestinas que fornecem a base legal para pagar os salários aos terroristas e às famílias dos "mártires". São eles que se assumem voluntariamente (pois não há inscrição formal) para lutar pela promoção dos objetivos palestinos. De acordo com essa lógica, a nação palestina tem que recompensá-los com salários adequados. Assim, a nação, através de sua liderança e instituições, envia a mensagem para o resto dos potenciais lutadores de que o compromisso com aqueles sete pilares é inabalável e os encoraja a exercer seu potencial e realizar mais ataques no devido tempo.

Os salários são, naturalmente, apenas um componente do sistema abrangente de doutrinação do ódio destinado a programar as mentes dos palestinos de uma forma que quando convocados a perpetrar atividades terroristas, eles responderão. **Este fenômeno de potenciais terroristas pré-programados é falsamente referido como "lobos solitários", tanto nos contextos palestinos quanto globais da Jihad. A singularidade dos pagamentos salariais entre as demais formas de programação é sua institucionalização como lei com itens de linha proporcionais no orçamento da AP. Isso torna o enfrentamento deste componente um elemento-chave no esforço para mudar o quadro conceitual palestino, que é o principal obstáculo no caminho para a genuína paz entre os movimentos nacionais judeus e palestinos.**

O envolvimento de Salam Fayyad's

O compromisso institucional palestino com este quadro salarial/benefícios é uniforme entre seus líderes. Claramente, começou com Arafat, mas outros líderes que são (falsamente) considerados relativamente moderados também tiveram seu envolvimento.

Salam Fayyad, que trabalhou no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, ex-primeiro-ministro e ministro das Finanças da Autoridade Palestina, estava profundamente envolvido na assistência palestina a terroristas mesmo antes da promulgação da lei original em 2003. Entre 2000 e 2002, Fayyad foi o diretor da filial palestina do Banco Árabe, que foi considerado culpado por um tribunal americano de servir como o principal canal naquele momento para entregar apoio financeiro a terroristas palestinos e suas famílias. Mais tarde, como ministro das Finanças, ele estava envolvido na promoção e implementação das leis iniciais de 2003 e 2004, e finalmente como primeiro-ministro sob o governo de Mahmoud Abbas, ambos eles estiveram diretamente envolvidos na promulgação das leis e decretos relevantes em 2010 e 2011 e na implementação delas.

Todo o processo legal que levou à promulgação da legislação e decretos palestinos é outro aspecto do profundo compromisso da AP em apoiar o terror contra Israel e sionismo. As leis de pagamentos não foram promulgadas secretamente e ocultas da conscientização pública. Pelo contrário, são adotados através do devido processo legal e anunciados publicamente e com orgulho. Isso reflete a natureza real da AP como uma entidade patrocinadora do terror. Recentemente, em um evento da "Organização de cuidado das Famílias mártires ", o primeiro-ministro Rami Hamdallah prometeu fortalecer as atribuições que a AP paga para essas famílias. [21]

Os termos árabes para terroristas presos

O termo usado pelos palestinos para se referir a terroristas presos e presos por Israel é "*Asir*", que significa prisioneiro de guerra, diferente de “Sigin” que é apenas prisioneiro. Usando a palavra "*Asir*", os palestinos reafirmam sua percepção de que esses terroristas são combatentes em nome de sua nação, merecedores de dignidade e apreciação. Isso explica por que eles e suas famílias (em caso de morte durante sua perpetração de um ataque terrorista ou no contexto da luta) são recompensados com salários generosos.

Capítulo 4

Atitudes dos doadores e de Israel em relação aos pagamentos

Em 2011, após os pagamentos de salários da AP a terroristas palestinos chamarem a atenção internacional, os países doadores e Israel ficaram consternados com o possível uso de seus próprios dinheiros para esse fim. No início, alguns dos doadores adotaram uma política de negação e tentaram justificar a assistência aos terroristas, alegando que a AP usa o dinheiro para fins sociais (ajudar famílias que não têm um ganha-pão devido à prisão ou morte do terrorista). Os esforços britânicos para convencer os palestinos a se referirem a esses salários como ajuda social foram rejeitados sem rodeios pelos palestinos, que insistiram publicamente que o dinheiro era, de fato, um salário. Em 2013, a então Ministra dos Assuntos dos Prisioneiros Issa Karake, em um comício sob os auspícios do presidente da AP Mahmoud Abbas em homenagem aos terroristas libertados, até zombou dos doadores europeus por não quererem financiar os salários dos terroristas. Karake declarou ,"Os Europeus querem que seu dinheiro doado permaneça limpo, que não seja destinado para famílias daqueles que eles afirmam serem terroristas. Eles precisam renunciar a essa mentalidade de ocupação. Estes [prisioneiros] são heróis, lutadores que se auto sacrificam *(fedayeen)*, são guerreiros que lutam para que possamos viver com dignidade." [22] Surpreendentemente, os doadores não estavam muito preocupados com o fato mais preocupante de que a AP estava encorajando o terrorismo - em contradição com os seus compromissos acordados.

Mesmo diante dessa resposta contundente, os doadores sentiram pouca necessidade de fazer algo significativo sobre a situação. Este foi originalmente o caso com a Noruega e alguns funcionários dentro de própria Israel. Nos Estados Unidos, o Congresso adotou uma linguagem no Projeto de Lei de Ajuda Externa de 2015 que condicionasse o apoio contínuo aos palestinos ao fim da incitação. Parece óbvio que pagar salários a terroristas, o que constitui uma incitação ao terror e recompensa ao terrorismo, deve ser considerado incitação à violência e ao terror. Devido ao relatório enganoso do Departamento de Estado, no entanto, que deu a impressão de que a AP vai fazer as mudanças necessárias em relação aos pagamentos dos salários (provavelmente referentes antecipadamente à mudança que ocorreu em agosto de 2014), o auxílio continuou fluindo para a AP. Na legislação de 2017 , há uma referência específica ao apoio direto da AP e da OLP aos

terroristas e afirma que o auxílio dos EUA irá descontar os valores que a AP e a OLP fornecem como pagamentos por atos de terrorismo.

Parte da justificativa para a continuação do envio de fundos para a AP foi a decisão tomada pelos palestinos em 2014 de mover a organização encarregada da distribuição de salários de terroristas da AP para a OLP. Esta foi uma mera mudança cosmética , e o dinheiro ainda vem do orçamento geral da AP, que inclui um item de linha clara dedicando o dinheiro à organização que paga esses salários e outro item de linha para as famílias dos "mártires". Mesmo depois que ficou evidente para os doadores que eles foram enganados, eles preferiram preservar a mentira em vez de confrontar os palestinos.

Apenas recentemente, alguns primeiros sinais de mudança de atitude foram notados. Aqui estão alguns exemplos relevantes:

- O ministro das Relações Exteriores norueguês expressou preocupação com os pagamentos em sua reunião com o presidente da AP, Abbas. [23]

- A agência britânica de ajuda externa DFID anunciou que reterá a transferência de parte de seu financiamento para a AP até que termine uma investigação sobre a questão dos salários. [24]

- O Ministério das Relações Exteriores alemão anunciou que está preocupado com a possibilidade de que a ajuda externa alemã tenha sido usada para apoiar terroristas e suas famílias. [25]

- O Ministério das Relações Exteriores de Israel acusou em dezembro de 2015, "palestinos condenados por terrorismo cumprindo pena em prisões israelenses recebem pagamentos mensais por funcionários palestinos. Aqueles que cumprem mais de cinco anos recebem um salário vitalício mensal. Os fundos também são canalizados pela AP para ex-prisioneiros e as famílias de 'Shaheeds'. Essas transferências imorais de dinheiro – seja pela AP ou pela OLP – devem cessar completamente." [26]

- Nova legislação no congresso dos EUA pede para parar a ajuda aos palestinos enquanto esses pagamentos continuarem. [27]

O que está por trás desta política de ignorância internacional?

Primeiro, uma ignorância pura para a verdadeira ideologia dos palestinos. Essa falta de conhecimento vem da ausência de estudos focados. É reforçado pela ilusão dos palestinos de que eles favorecem a paz, não incitam ao terror e só estão interessados nos territórios capturados por Israel em 1967. Uma análise mais aprofundada dessa ilusão está disponível no artigo de Kuperwasser e Lipner em Relações *Exteriores*, novembro de 2011, "O Problema é o Negacionismo Palestino"[28] e no Livro da Palestina Media Watch "*Deception*". [29]

O Ocidente e a administração israelense temem o radicalismo palestino. Eles

acreditam que se o fluxo financeiro de fundos para os palestinos diminuir ou parar por causa de medidas econômicas para impedir o uso desses fundos para o

ao terror, os palestinos se tornarão ainda mais radicais. Isso, por sua vez, pode causar deterioração na situação sensível e frágil dentro da sociedade palestina e entre a Autoridade Palestina e Israel. Neste cenário, a AP pode parar a cooperação de segurança com Israel (que serve ao interesse da AP não menos do que serve aos interesses israelenses) e pode até levar ao colapso da AP, causando caos e violência e forçando Israel a assumir o controle dos territórios controlados pela AP. Esse medo convenceu os países doadores e Israel de que é melhor ignorar os pagamentos da AP a terroristas e suas famílias em vez de lidar com o caos que pode emergir da alternativa.

Terceiro, pode ser, em nossa avaliação, que em jogo também está o mecanismo de culpa do Ocidente em relação à vitimização auto descrita pelos palestinos. Essa atitude paralisa os doadores na medida em que eles estão prontos para fechar um olho quando os palestinos realizam ataques contra os judeus em Israel, mesmo que as vítimas de alguns desses ataques sejam cidadãos dos países doadores. Mesmo quando se torna evidente que a AP paga o salário da assassina da americana Kristine Luken, que também esfaqueou e torturou a cidadã britânica Kay Wilson em Jerusalém, ou a família do assassino de Taylor Force, um cidadão americano, em Jaffa.

Por último, também pode haver o temor de que negar dinheiro para os palestinos cause um alvoroço entre as populações muçulmanas no Ocidente e no mundo árabe em geral.

Presidente palestino, Abbas, recebe um terrorista libertado em 2013. (*AFP Photo*)

Capítulo 5

O que deve ser feito?

Desde que haja um interesse israelense (e internacional) em acabar com o incentivo e apoio ao terror da AP, como parte de seu compromisso como um Estado para a segurança de sua cidadãos, tendo em mente que este foi um ponto crucial no acordo de Oslo , cabe a Israel fazer o que for necessário para convencer os palestinos a parar a incitação, doutrinação ao ódio e programação das mentes dos palestinos para realizar ataques terroristas. Israel deve se concentrar neste contexto nos pagamentos de salários a terroristas e suas famílias, uma vez que isso coloca a AP na posição de um advogado do terror, que tem responsabilidade legal e direta pelos ataques terroristas perpetrados por terroristas que recebem salários, incluindo os pagamentos de salários a terroristas e suas famílias. A primeira condição para fazer isso acontecer é esclarecer aos palestinos e à comunidade internacional que, apesar do interesse israelense na existência da AP, e em consonância com seu interesse em promover a paz com os palestinos, não vai tolerar o apelo palestino em incitar o terrorismo.

Este passo é necessário para superar a ambiguidade moral criada pela relutância israelense e ocidental em cessar "negócios como de costume" com os palestinos, apesar de estar ciente do pagamento desses salários. Essa ambiguidade corrói a capacidade de Israel (e do Ocidente) de reivindicar o alto nível moral e servir como um modelo moral na luta contra o terror – sem medo de distinguir entre o certo e o errado.

A maneira mais fácil de alcançar esse objetivo é reter da Autoridade Palestina a quantidade de dinheiro que gasta com esses salários/benefícios e esclarecer aos doadores , especialmente os Estados Unidos, que Israel espera que eles façam o mesmo. Atualmente, esta é a política americana e israelense declarada, mas está longe de ser totalmente implementada e não teve nenhum efeito substantivo até agora. Embora seja um passo necessário para esclarecer aos palestinos que Israel e os doadores não podem ignorar essa política ultrajante, não é suficiente expressar oposição a esses pagamentos que permitem que a AP seja uma entidade patrocinadora do terror. De fato, os pagamentos salariais vêm aumentando a uma taxa anual de 10% por vários anos. A política atual apenas dá a Israel e aos doadores um falso conforto que eles não estão ignorando a questão e estão transmitindo seu desânimo para a AP – embora não se arrisque e evite a erosão de seu compromisso com

os palestinos.

A contestação dos salários deve ser feita simultaneamente pela sociedade civil e pelo governo israelense, com foco na ilegalidade e imoralidade dos pagamentos que constituem um flagrante abuso dos direitos humanos. A primeira violação dos direitos humanos é o direito à vida das vítimas.

Israel deve enfatizar que os pagamentos, a narrativa e o ethos palestinos são o principal obstáculo para uma solução pacífica negociada para o conflito e cria uma cultura de ódio e assassinato que cerca os palestinos do berço até o túmulo. Israel também pode apontar a contribuição dessas leis palestinas para o fracasso intencional da AP em monopolizar o uso da força do território que controla . Ao mesmo tempo, Israel deve convocar a comunidade internacional a ajudar as poucas vozes entre o povo palestino que estão prontos para promover uma mudança da narrativa de uma forma que pode levar a uma oportunidade de progredir em direção à paz.

Israel deve usar todas as ferramentas diplomáticas e legais para pressionar a AP neste contexto. A atividade jurídica deve ser feita por ONGs (que podem preparar arquivos que impliquem os funcionários palestinos envolvidos nesta prática); por atividade governamental direta que deve incluir litígios; exigindo que os doadores ajam de acordo com suas próprias leis e normas legais internacionais; e incentivando litígios contra a AP e os doadores, em respeito às vítimas do terror financiado pela AP e pela OLP.

Outra ferramenta para bloquear o financiamento terrorista é através da construção de coalizões de contribuintes nos países doadores, que reclamarão do uso ilegal de seu dinheiro fiscal e liderarão a opinião pública, com campanhas para protestar contra isso. Recentemente, houve uma considerável cobertura da mídia sobre a transferência de fundos de doadores de governos estrangeiros (incluindo Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca e outros países da UE) aos órgãos oficiais de governo palestinos. O foco era o uso de ajuda estrangeira para salários e outros benefícios para os palestinos que cumprem penas de prisão por atos de terror e para as famílias daqueles terroristas que foram mortos durante seus ataques terroristas. [30]

Aqui estão algumas referências ao assunto nos jornais British *Guardian* e *Daily Mail*:

> Cerca de 6% do orçamento palestino é desviado para salários de prisioneiros. Todo esse dinheiro vem dos chamados "países doadores", como Os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega e Dinamarca." [31] (*The Guardian*)
>
> O dinheiro da ajuda britânica está ajudando a pagar "salários" a prisioneiros palestinos – alguns deles terroristas condenados – cumprindo pena em prisões israelenses – de acordo com um relatório. A Autoridade Palestina está pagando a eles até £ 1.957 por mês – mais do que o salário médio de um trabalhador britânico.
>
> O Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) gasta cerca de 80 milhões de libras por ano nos Territórios Palestinos Ocupados, dos quais

cerca de 30 milhões de libras vão para o orçamento geral , que financia subsídios dos prisioneiros." [32] (*Daily Mail*)

A Grã-Bretanha dá 72 milhões de libras por ano à Palestina, dos quais mais de um terço vai direto para a AP, que admite abertamente apoiar terroristas, chamados de heróis por lutar contra a ocupação ilegal, concedendo pagamentos vitalícios que aumentam dependendo do tempo gasto na prisão e a gravidade dos crimes.

Um só terrorista do Hamas já recebeu mais de £100.000. Outros "salários" vão para as famílias de homens-bomba e até adolescentes envolvidos no último aumento dos ataques mortais a Israel. [33] (*Daily Mail*)

Essas referências aos salários provavelmente foram úteis para convencer a DFID a congelar a ajuda britânica que vai para o orçamento da AP.

Conclusão

A Autoridade Palestina institucionalizou e legalizou os pagamentos salariais de mais de US$ 300 milhões anualmente para terroristas presos e famílias de terroristas que morreram enquanto realizavam atos de terrorismo, isso reflete o compromisso formal da AP e sua liderança para incentivar a sociedade palestina a cometer atos de terror. Isso constitui o maior obstáculo à paz e uma violação de todos os compromissos dos palestinos em seus acordos internacionalmente garantidos com Israel.

Anexos

Anexo 1

Salários mensais de acordo com o tamanho da pena[34]

Tamanho da pena (em anos)	Salário mensal
até 3	NIS 1,400 ($400)
3-5	NIS 2,000 ($570)
5-10	NIS 4,000 ($1,142)
10-15	NIS 6,000 ($1,714)
15-20	NIS 7,000 ($2,000)
20-25	NIS 8,000 ($2,286)
25-30	NIS 10,000 ($2,857)
Mais de 30	NIS 12,000 ($3,429)

Anexo 2

Salários para prisioneiros soltos[35]

Anos passados na prisão	Quantia paga em dólares
1-3	$1,500
3-5	$2,500
5-8	$3,500
8-11	$4,500
11-15	$6,000
15-18	$8,000
18-21	$10,000
21-25	$12,000
25-30	$15,000
30 ou mais	$25,000

Anexo 3

A chave para promoção em cargo civil ou militar[36]

(Fonte: WAFA Palestinian News Agency, 12 de dezembro de 2013)

Anos passados na prisão	Cargo civil	Cargo militar
5-6	Chefe de departamento	Primeiro tenente
6-8	Diretor (c)	Capitão
8-10	Diretor (b)	Major
10-15	Diretor (a)	Tenente coronel superior
15-20	Diretor Geral (A4)	Coronel superior
20-25	Assistente subsecretário (A2)	General de brigada superior
25-30	Subsecretário de Ministro	Major General
30 ou mais	Ministro	Major General Superior

Anexo 4

Salários para famílias de mártires e feridos[37]

(Fonte: OLP/Organização de cuidados das famílias dos mártires e feridos)

Figura 1
Investimentos nas famílias dos mártires e feridos (em Shekels)

	Base	Adicional por cônjuge	Adicional por cada criança
Mártir casado	1300	100	25
Mártir não casado	1000		
Mulher mártir não casada	1000		
Mártir civil casado	650	100	25
Mártir civil não casado	400		
Mulher civil mártir	400		

*Um mártir que possui cargo militar recebe seu dinheiro de acordo com sua posição militar

Figura 2

A estrutura financial dos investimentos para mártires militares casados e feridos

Posição	Quantia (in SHEKELS)
Privado	1300
Cabo	1380
Sargento	1460
Sargento de primeira classe	1540
SARGENTO MASTER	1670
Sargento Major	1800
Segundo tenente	1930
Primeiro tenente	2060
Capitão	2260
Major	2540
Tenente coronel	2790
Coronel	3290
General de brigada	3590
Major General	3990

Anexo 5[34]

Leis da Autoridade Nacional Palestina

Lei No. 14 (2004) para assistência de prisioneiros em prisões israelenses

Após uma análise pelo Presidente da Autoridade Palestina da Lei Básica Alterada, e de acordo com o que foi aprovado pelo Conselho Legislativo na sessão do dia 24 de novembro de 2004, emitimos a seguinte Lei:

Artigo 1º:

Todas as instâncias dos seguintes termos e expressões têm o significado específico definido abaixo, a menos que o contexto indique o contrário:

Preso: qualquer um encarcerado nas prisões da ocupação por sua participação na luta contra a ocupação.

O relato: a conta especial para os prisioneiros dentro do Fundo de Ajuda às Vítimas de Agressão Israelense na Intifada al-Aqsa.

O fundo: o Fundo de Ajuda às Vítimas da Agressão Israelense na Intifada al-Aqsa.

Artigo 2º:

De acordo com esta Lei, uma "conta especial " será aberta como parte do fundo, dedicada a apoiar a estrutura dos presos e suas famílias.

Artigo 3º:

As fontes de financiamento da conta consistirão no seguinte:

Dinheiro deduzido dos salários de funcionários públicos e funcionários da Autoridade Palestina em favor da conta. [A soma total deduzida] não excederá os salários [pagos por] um dia fora do exercício, e o governo tomará uma decisão sobre [a dedução] após a aprovação do Conselho Legislativo .

Um orçamento alocado pelo Ministério das Finanças [palestino] para a conta fora do orçamento geral.

Doações e auxílios [dinheiro] encaminhados para a conta.

Qualquer fonte adicional designada pelo conselho de administração do fundo para este fim.

Artigo 4º:

O governo tem o direito de exigir que os órgãos do setor público e privado [não governamental] deduzam os salários de um dia de todos os seus funcionários em favor da conta.

A soma deduzida não excederá os salários de um dia no exercício do órgão.

Artigo 5º:

As disposições da Lei do Fundo serão aplicadas aos dinheiros na conta.

Artigo 6º:

O governo determinará as normas necessárias para implementar as disposições desta lei.

Artigo 7º:

Todas as partes relevantes , cada uma em seu domínio, devem implementar as disposições desta Lei e agir de acordo com ela, a partir da data de sua aprovação, e serão publicados no registro.

Publicado: Gaza, 1 *de dezembro* de *2004, Rouhi Fatouh,* Presidente *da Autoridade Palestina*

Alteração na lei dos prisioneiros, Lei No. 19 (2004)

Presidente da Autoridade Palestina

Depois de examinar a Lei Básica alterada e de acordo com o que foi ratificado pelo Conselho Legislativo palestino em sua sessão em 22 de dezembro de 2004, emitimos o seguinte decreto:

Artigo 1: Definições

Os seguintes termos e expressões têm o significado específico definido abaixo, a menos que o contexto indique o contrário:

- A Autoridade Nacional : a Autoridade Nacional Palestina.
- O governo: o governo da Autoridade Nacional .
- Os ministros: o Ministério dos Assuntos dos Prisioneiros e Prisioneiros Libertos ou [qualquer outro] ministério que lida com [prisioneiros e prisioneiros libertados].
- Preso: qualquer um encarcerado nas prisões da ocupação por sua participação na luta contra a ocupação.
- Preso solto: qualquer prisioneiro libertado de uma prisão de ocupação .

Artigo 2º: O direito a uma vida digna

Os prisioneiros e prisioneiros soltos são um setor de combate e parte integrante da dinâmica da sociedade palestina árabe. As disposições desta Lei garantem a eles e suas famílias uma vida digna.

Artigo 3: As obrigações das autoridades nacionais para com os prisioneiros

Para concretizar os objetivos desta lei, a Autoridade Nacional tomará todas as medidas possíveis para fazer o seguinte:

- Libertar os prisioneiros das prisões da ocupação.
- Estender todos os auxílios legais ao prisioneiro.
- Conceder os direitos financeiros do preso e de sua família conforme especificado nas disposições desta Lei e de acordo com a tabela salarial vigente.
- Permitir que o prisioneiro e seus filhos obtenham uma educação.
- Reabilitar prisioneiros libertados.
- Garantir posições [presos soltos] de acordo com a duração de sua prisão e seu nível de escolaridade, como será especificado em um regulamento a ser emitido pelo governo.

Artigo 4: A libertação de prisioneiros é uma condição fundamental para acordos de paz

A Autoridade Nacional está proibida de assinar ou participar da assinatura de um acordo de paz para resolver o problema palestino sem liberar todos os prisioneiros.

Artigo 5: Tratamento preferencial para prisioneiros soltos

Qualquer prisioneiro solto que tenha sido preso em uma prisão de ocupação por cinco anos ou mais, e qualquer prisioneira que foi encarcerada por três anos ou mais, será isento do seguinte:

- Mensalidades em escolas e universidades do governo.
- Pagamentos de seguro de saúde.
- Taxas de matrícula para todos os programas de formação profissional oferecidos pelos órgãos oficiais competentes.

O governo estipulará as isenções previstas no sub-artigo anterior em regulamento a ser emitido sobre este assunto.

Artigo 6: Salário mensal e bolsa-roupas

A Autoridade Nacional concederá a cada preso um salário mensal, sem discriminação, e duas vezes por ano um subsídio de vestuário, de acordo com um regulamento a ser emitido nesta matéria.

Artigo 7: Salário mensal

A Autoridade Nacional é obrigada a pagar a cada preso um salário mensal conforme especificado no regulamento [a ser emitido nesta matéria]. A soma estará ligada ao custo do índice de vida.

A família do preso receberá uma parte de seu salário, de acordo com os critérios legais vigentes.

O preso escolherá seu representante com o propósito de recolher seu salário mensal ou [a parcela] que resta dele.

Artigo 8: Anos passados na prisão

[No caso de] um preso solto trabalhando como funcionário público, os anos passados na prisão serão calculados [como parte de seu mandato] conforme definido no artigo 107 da Lei do Serviço Civil de 1998 e regulamentos relacionados.

[No caso de] um preso solto que trabalha como funcionário público, a Autoridade Nacional deve pagar suas taxas de seguridade social e pensão ao fundo de seguridade social e pensão para os anos que passou na prisão.

Artigo 9: Preparação de um banco de dados dos prisioneiros

O Ministério dos Assuntos dos Prisioneiros e Prisioneiros Libertos, em cooperação com os órgãos competentes, preparará um banco de dados baseado em documentos sobre prisioneiros e prisioneiros soltos, incluindo [informações sobre] os motivos para sua prisão, as circunstâncias de sua prisão e os crimes da ocupação contra eles.

Artigo 10: Arquivamento de ações judiciais em relação aos crimes da ocupação contra os prisioneiros

A Autoridade Nacional terá direito a ajuizar ações relativas aos crimes de ocupação contra os presos e exigir reparação por danos causados a eles como resultado [de esses crimes]. Todo prisioneiro ou prisioneiro solto tem o direito de entrar com tais ações.

Artigo 11: Implementando regulações

O governo emitirá as normas necessárias para a implementação das disposições desta Lei.

Artigo 12: Eliminando contradições

Qualquer artigo que contradiga as disposições desta Lei será [considerado] nulo e inconstitucional .

Artigo 13: Ação e implementação

Todas as partes relevantes são obrigadas a cumprir as disposições desta Lei. A Lei entrará em vigor 30 dias após sua entrada no registro.

Publicado: Gaza, 27 *de dezembro* de *2004 Rouhi Fatouh,* Presidente *da Autoridade Palestina*

Decreto de Lei No. 1 (2013) para emenda de prisioneiros e prisioneiros soltos Lei No. 19 (2004)

De acordo com o disposto na Lei Básica Alterada de 2003 e suas alterações, em especial o artigo 43; após um exame da Lei Nº. 19, de 2004; com base nas recomendações governamentais de 19 de junho de 2012 e de acordo com nossos poderes; no interesse do bem público e em nome do povo árabe palestino, emitimos o seguinte Decreto Lei:

Artigo 1º:

Para efeitos desta alteração, "a lei original " refere-se à Lei dos Presos e Presos Soltos nº 19 de 2004.

Artigo 2º:

O artigo 1º da lei original será alterado da seguinte forma:

Os seguintes termos e expressões têm o significado específico definido abaixo, a menos que o contexto indique o contrário:

- O Estado da Palestina.
- O governo: o governo do Estado da Palestina.
- O ministério: o Ministério dos Assuntos dos Presos ou Presos Libertos ou o ministério competente.
- O ministro: o Ministro dos Presos e Presos Libertos ou o ministro competente.
- Preso: qualquer um encarcerado nas prisões da ocupação por sua participação na luta contra a ocupação.
- Preso solto: qualquer prisioneiro libertado de uma prisão de ocupação .
- Prisão domiciliar: uma decisão da ocupação de colocar uma pessoa em prisão domiciliar e impedi-lo de sair de sua casa ou local de residência por um determinado período de tempo, para resistindo à ocupação.
- Expulsão: uma decisão da ocupação de expulsar qualquer palestino à força de seu local habitual de residência [para um local] dentro ou fora da Palestina.
- A família do preso: Pai, mãe, cônjuge, filhos e qualquer membro dependente de sua família.
- Período de encarceramento: o tempo que passou ativamente na prisão, seja contínuo ou intermitente.
- Auxílio-desemprego: pagamentos mensais regulares previstos para um período de tempo especificado de acordo com a regulamentação emitida nos termos das disposições desta Lei de Decreto.

Artigo 3º:

Todas as referências à " Autoridade Nacional " na lei original serão substituídas pelo termo "Estado da Palestina"

Artigo 4º:

O artigo 3º da lei original será alterado da seguinte forma:

Para concretizar os objetivos desta Lei de Decreto, o Estado tomará todas as medidas legítimas para fazer o seguinte:

- Libertar os prisioneiros das prisões da ocupação.
- Estender todas as ajudas legais ao prisioneiro durante sua prisão.
- Conceder os direitos financeiros do prisioneiro e sua família, e todos os outros direitos que podem ser concedidos a ele de acordo com as disposições desta Lei e do regulamento emitido nos termos.
- Permitir que o prisioneiro, seu cônjuge e seus filhos obtenham uma educação.
- Reabilitar presos soltos de acordo com as disposições do regulamento emitido de acordo com as disposições desta Lei.
- Fornecer seguro de saúde ao prisioneiro e sua família.

Artigo 5º:

Um novo artigo será adicionado à lei original, após o sub-artigo 3º, cujo número será de 3′, da seguinte forma:

O Estado garantirá emprego aos presos soltos, de acordo com critérios que levam em consideração o número de anos de prisão, o nível de escolaridade do preso e sua empregabilidade.

Os presos soltos terão prioridade nas vagas anuais em todas as instituições do Estado, de acordo com as leis vigentes.

Se o Estado não conseguir garantir o emprego dos presos de acordo com o sub-artigo anterior, será obrigado a fazer o seguinte:

Pagar um salário mensal a cada prisioneiro solto que passou de cinco a dez anos na prisão e cada prisioneira libertada [que passou] de dois a cinco anos em prisão.

No caso da morte de um prisioneiro solto, homem ou mulher, mencionado em cláusula A deste sub-artigo, o Estado se comprometerá a prover suas famílias, de acordo com o regulamento emitido nos termos do disposto nesta Lei de Decreto.

Um preso permanentemente incapacitado receberá 50% ou mais[das somas especificadas]em cláusulas (a) e (b) deste sub-artigo, desde que ele tenha passado dois anos e meio na prisão, ou um ano no caso de uma prisioneira do sexo feminino.

Um prisioneiro do sexo masculino que foi preso por dez anos ou mais, e uma prisioneira que foi encarcerada por cinco anos ou mais, será dada uma posição assalariada em uma instituição pública, sem prejudicar os direitos dos presos soltos [empregados como] funcionários públicos.

Um preso que foi preso de um a cinco anos e não recebeu benefícios nos artigos anteriores terá direito ao seguro-desemprego por um período igual ao período de sua prisão.

Todo prisioneiro que ficou preso por um ano ou mais tem direito a uma concessão de liberdade única após sua libertação.

As disposições deste artigo serão [implementadas] de acordo com o regulamento emitido nos termos deste Decreto.

Artigo 6º:

O artigo 5º da lei original será alterado da seguinte forma:

Qualquer prisioneiro do sexo masculino solto que tenha sido preso em uma prisão de ocupação por um ano ou mais estará totalmente ou parcialmente isento dos seguintes pagamentos:

- Mensalidades nas universidades palestinas.
- Pagamentos de seguro de saúde.
- Taxas de matrícula para todos os programas de formação profissional oferecidos pelos órgãos oficiais competentes.

Artigo 7º:

Um novo artigo será adicionado à lei original, após o artigo 5º, cujo número será de 5′, da seguinte forma:

Um prisioneiro que morrer na prisão será reconhecido como membro da Instituição de Famílias dos Mártires e receberá um salário aumentado, de acordo com o tempo que passou na prisão. e de acordo com a Lei do Serviço de Segurança Palestina que está em vigor.

As disposições do subartigo 1º [também] aplicam-se a qualquer preso solto que tenha morrido no prazo de um ano após sua soltura de um problema de saúde relacionado à sua prisão.

Artigo 8º:

Dois subartigos serão adicionados ao artigo 8º da lei original, após o subartigo 2º, da seguinte forma:

O Estado continuará pagando os salários dos presos soltos [empregados como] funcionários públicos.

Se o salário de um preso solto [empregado como] funcionário público for menor do que o salário que recebeu na prisão, o Estado vai compensar a diferença.

Artigo 9º:

Um novo artigo será adicionado à lei original, após o artigo 10º, cujo número

será de 10′, da seguinte forma:

As disposições deste Decreto Lei se aplicarão [também] às pessoas que foram expulsas e às que estão em prisão domiciliar.

[Além disso] as disposições deste Decreto de Lei serão aplicáveis a membros de facções da OLP presas fora da Palestina por participarem na luta pela independência e libertação de Palestina.

Artigo 10º:

De acordo com a recomendação do Ministro, o governo emitirá as normas necessárias para a implementação das disposições desta Lei.

Artigo 11º:

Qualquer [artigo] que contradiga as disposições desta Lei de Decreto será [considerado] nulo e inconstitucional .

Artigo 12º:

Este Decreto Lei será submetido ao Conselho Legislativo para ratificação na próxima sessão.

Artigo 13º:

Todas as partes relevantes são obrigadas a cumprir as disposições deste Decreto de Lei. O Decreto-Lei entrará em vigor 30 dias após sua entrada no registro.

Publicado: Ramallah, 8 *de janeiro* de *2013*

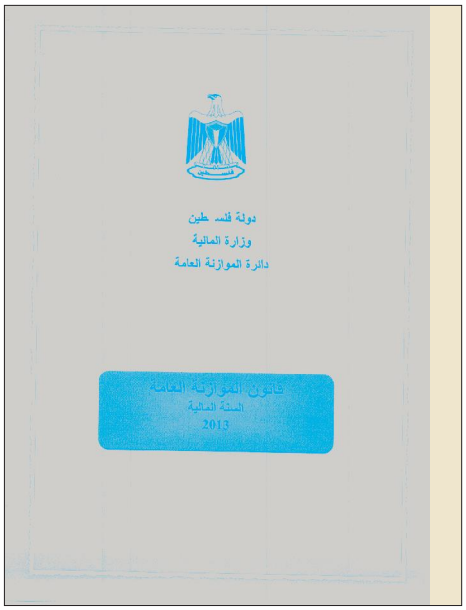
Mahmoud Abbas, Presidente do Estado da Palestina e Presidente da *OLP*

Anexo 6

Investimento anual da Autoridade Nacional Palestina em árabe 2013–2016

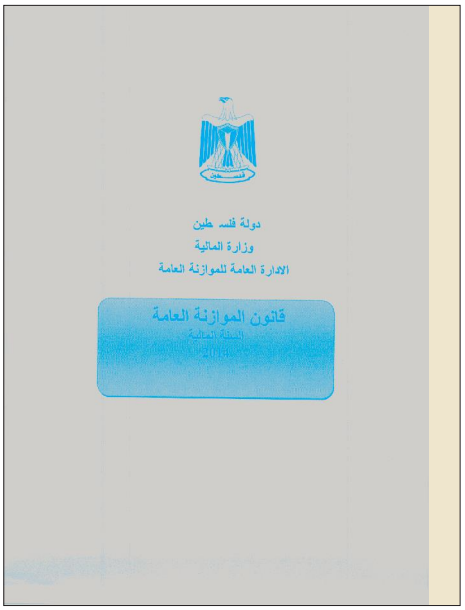
Para o texto do investimento anual da AP em árabe, veja http://jcpa.org/paying-salaries-terrorists-contradicts-palestinian-vows-peaceful-intentions/#appendix-6

Investimento Anual da AP 2013


دولة فلسطين
وزارة المالية
دائرة الموازنة العامة

قانون الموازنة العامة
السنة المالية
2013

Investimento Anual da AP 2014


دولة فلسطين
وزارة المالية
الادارة العامة للموازنة العامة

قانون الموازنة العامة
السنة المالية

Investimento anual da AP 2015

دولة فلسطين
قرار بقانون رقم ( ) لسنة 2015 م
بشأن الموازنة العامة لسنة 2015 م
رئيس دولة فلسطين
رئيس اللجنة التنفيذية لمنظمة التحرير الفلسطينية
بعد الإطلاع على القانون الأساسي المعدل لسنة 2003 لاسيما المادة رقم (43) منه،
و على قانون تنظيم الموازنة العامة والشؤون المالية رقم (7) لسنة 1998 م وتعديلاته،
و بناء على تنسيب مجلس الوزراء بتاريخ / /2015
و بناءً على الصلاحيات المخولة لنا،
و تحقيقا للمصلحة العامة،
نصدر القرار بقانون الآتي:
المادة(1)
نقدر لإيرادات ونفقات السلطة للإثني عشر شهراً المنتهية بتاريخ 31/12/2015 بما يلي:

1	صافي الإيرادات العامة ومصادر التمويل	19,570	مليون شيكل
أ.	صافي الإيرادات	10,658	مليون شيكل
	إجمالي الإيرادات	11,058	مليون شيكل
ب.	المنح والمساعدات لدعم الموازنة العامة	3,120	مليون شيكل
ج.	المنح المقدرة لتمويل النفقات التطويرية	4,290	مليون شيكل
د.	التمويل البنكي	1,170	مليون شيكل
هـ	صافي تراكم المتأخرات	(1,170)	مليون شيكل
و.	مصادر تمويل أخرى	1,502	مليون شيكل
2	النفقات العامة وصافي الإقراض	19,570	مليون شيكل
أ.	النفقات الجارية وصافي الإقراض	15,085	مليون شيكل
ب.	النفقات التطويرية	4,485	مليون شيكل

Investimento anual da AP 2016

دولة فلسطين
وزارة المالية والتخطيط
الادارة العامة للموازنة العامة

قانون الموازنة العامة
السنة المالية
2016

Notas

1. Segundo o MEMRI, o orçamento de 2016 descreve o Instituto de Atenção às Famílias dos Mártires da OLP como o órgão "responsável por garantir uma vida digna às famílias de todos os martirizados e feridos como resultado de serem participantes ou espectadores na revolução". Destinou pouco menos de US$ 173 milhões (US$ 172.534.733) para famílias de mártires e feridos dentro da pátria e fora dela. As despesas operacionais do Instituto são de cerca de US$ 1,5 milhão. O orçamento também afirma que o Instituto fornece subsídios "sem discriminação" –em outras palavras, também para membros do Hamas, Jihad Islâmica, e assim por diante. O primeiro-ministro palestino Rami Hamdallah disse recentemente, em 17 de junho de 2016, "O governo continuará a agir em conjunto com as instituições da OLP para melhorar os subsídios das famílias dos mártires o mais rápido possível." De acordo com relatos de 2011 na mídia palestina, a família de todos os "mártires" recebe um pagamento único de US $ 1.560, bem como um subsídio mensal de US$ 364. Há também pagamentos adicionais com base em vários critérios, incluindo o status familiar, como a família de um homem casado. http://www.memri.org/report/en/print9305.htm
2. Palestinian Media Watch, http://palwatch.org/STORAGE/special%20reports/PMW%20report,%20PA%20billion%20dollar%20fraud,%20270416.pdf.
3. Official PA daily *Al-Hayat Al-Jadida*, April 15, 2011
4. Veja: Leis dos prisioneiros palestinos, 2004/19, publicado em dezembro de 2004 pela presidência e governo da AP. Centro de Estudos dos Prisioneiros, www.alasra.ps, Acessado em 9 de maio de 2011. Veja também https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/11/british-american-aid-subsidises-palestinian-terrorism e http://www.gatestoneinstitute.org/2302/palestinian-authority-terrorist-salaries.
5. *Al-Hayat Al-Jadida*, 15 de abril e 14 de julho de 2011
6. http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/Palestinians-duping-world-by-denying-it-pays-salaries-to-prisoners-in-Israeli-jails-404197
7. http://www.mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Peace/Guide/Pages/Declaration%20of%20Principles.aspx
8. http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20israeli-palestinian%20interim%20agreement.aspx
9. https://en.wikipedia.org/wiki/Palestine_Liberation_Organization
   - Fatah – A maior facção, secular e nacionalista de esquerda

- Frente Popular para Liberação da Palestina (PFLP) – Segunda maior facção, de extrema-esquerda comunista

- Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) – Terceira maior facção, comunista
- Partido do Povo Palestino (PPP) – Socialista
- Frente de Libertação da Palestina (PLF, facção de Abu Abbas) – Pequena facção de esquerda
- Frente de Libertação Árabe (ALF) –Facção pequena, aliado ao Partido iraquiano Ba´ath
- As-Sa'iqa – Facção Baathista controlada pela Síria
- União Democrática Palestina (Fida) – Pequena facção socialista, solução dos 2 estados, facção não militante
- Frente Popular da Luta Palestina (PPSF, facção de Samir Ghawsha)- pequena facção socialista
- Frente Árabe Palestina (PAF) – Pequena facção pró-Fatah, ex-facção dos baathistas iraquianos

10. Artigo 1 da Declaração dos Princípios define a AP da seguinte forma:

O objetivo das negociações *israelo-palestinas no atual processo* de *paz no Oriente Médio é, entre outras coisas, estabelecer uma Autoridade Provisória de Auto-Governo palestina,* com um conselho eleito *(o "Conselho"), para o povo palestino* na *Cisjordânia e na Faixa de Gaza, por um período de transição não superior* a *cinco anos, levando a um status permanente.*

Artigo III do acordo interino de 1995 define a AP como segue:

I-O Conselho Palestino e os Ra'ees da Autoridade Executiva do Conselho constituem a Autoridade Provisória *Palestina de Auto-Governo, que será eleita pelo povo palestino da Cisjordânia, Jerusalém e a Faixa de Gaza para o período* de *transição acordado no artigo I do DOP.*

II-O Conselho possuirá tanto *o poder legislativo quanto* o *poder executivo, de* acordo *com os artigos VII e IX do DOP. O Conselho será responsável por* todos *os poderes legislativo e executivo e responsabilidades transferidas a ele* nos *termos deste Acordo. O exercício dos* poderes *legislativos estará de* acordo *com o artigo XVIII* deste Acordo (Poderes *Legislativos do Conselho).*

11. http://www.mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Peace/Guide/Pages/Israel-PLO%20Recognition%20-%20Exchange%20of%20Letters%20betwe.aspx
12. Acordo provisório, veja nota de rodapé 2, no Artigo XV, no Anexo I, ARTIGO II– Política de segurança para prevenção da violência e do terrorismo http://www.mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Peace/Guide/Pages/THE%20ISRAELI-PALESTINIAN%20INTERIM%20AGREEMENT%20-%20Annex%20I.aspx
13. Veja artigo IX do acordo interino que prevê:

    Não obstante as disposições deste parágrafo, a OLP pode realizar negociações *e assinar acordos com Estados ou organismos internacionais* em *benefício do Conselho apenas nos seguintes casos:*

1-acordos econômicos, conforme especificamente previsto no anexo V deste Contrato;

2-acordos com países doadores com o objetivo de implementar arranjos para a prestação de assistência ao Conselho.

14. http://www.worldlii.org/int/other/COETS/1977/1.html
15. http://www.un.org/law/cod/finterr.htm
16. http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r060.htm see Article II(5)(a)
17. http://oas.org/xxxiiga/english/docs_en/docs_items/AGres1840_02.htm
18. http://www.un.org/en/sc/ctc/specialmeetings/2012/docs/United%20Nations%20Security%20Council%20Resolution%201373%20(2001).pdf

19. https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en/un-global-counter-terrorism-strategy, see Part II (Measures to Prevent and Combat Terrorism), Paragraphs 1 and 10
20. http://jcpa.org/abu-mazens-attempt-to-blunt-the-knife-terror-wave/
21. *Al-Hayat Al-Jadidah*, June 17, 2016
22. Official PA TV Live, November 4, 2013
23. Noga Tarnopolsky, "Oposição europeia ao uso dos fundos doados a Autoridade Nacional Palestina," *The Media Line*, 16 de maio de 2016, http://www.themedialine.org/featured/european-crackdown-on-use-of-funds-donated-to-palestinian-authority/
24. "Reino Unido congela $30m em assistência palestina após salários para terroristas" *Times of Israel*, 7 de outubro de 2016, http://www.timesofisrael.com/uk-freezes-30m-in-aid-to-palestinians-over- payments-to-terrorists/
25. Benjamin Weinthal, "Autoridade Palestina "provavelmente" paga salários a famílias de terroristas, assume governador alemão," *Jerusalem Post*, 6 de setembro de 2016, http://www.jpost.com/ Arab-Israeli-Conflict/Palestinians-probably-pay-terrorist-families-admits-German- government-466980
26. http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Issues/Pages/Rewarding-terrorists-and-encouraging-violence-Dec-2015.aspx
27. Mary Orndorff Troyan, "Sen. Lindsey Graham ataca assistência aos palestinos" *Greenville News*, 28 de setembro de 2016, http://www.greenvilleonline.com/story/news/politics/2016/09/28/sen-lindsey-graham-targets-aid-palestinians/91231374/
28. https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2011-11-01/problem-palestinian-rejectionism
29. https://www.palwatch.org/main.aspx?fi=950
30. http://palwatch.org/STORAGE/special%20reports/4_reports_PA_salaries_to_terrorists_Feb_13_2013.pdf
31. https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/11/british-american-aid-subsidises-palestinian-terrorism
32. http://www.dailymail.co.uk/news/article-2224621/Palestinian-prisoners-handed-millions-British-aid-paid-average-UK-worker.html
33. http://www.dailymail.co.uk/news/article-3510827/Revealed-UK-aid-funds-TERRORISTS-budget-cuts-12bn-taxes-splurged-foreign-hand-outs-militants-killers-Palestinian-palaces-jobs-don-t-exist.html
34. *Al-Hayat Al-Jadida*, 15 de abril de 2011 Registro Oficial Palestino apresentado pelo MEMRI ao Congress. http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/0/9305.htm#_edn17
35. MEMRI.
36. http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Terrorism/Palestinian/Pages/Palestinian-Authority-funds-terrorists-June-2014.aspx
37. MEMRI e http://www.aman-palestine.org/data/itemfiles/b3dd98a029db76be614d1a64dd10604e.pdf
38. Yigal Carmon, Presidente, MEMRI, Testemunha para o Comitê de Relações Exteriores, 6 de julho de 2016: O apoio palestino para presos, presos libertos, terroristas feridos e famílias de mártires http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/0/9305. htm.

Centro de Relações Públicas de Jerusalém

O Centro de Relações Públicas de Jerusalém é um importante instituto de pesquisa independente, especializado em diplomacia pública e política externa. Fundado em 1976, o Centro produziu centenas de estudos e iniciativas de especialistas renomados em uma ampla gama de tópicos estratégicos. O Dr. Dore Gold, ex-embaixador de Israel na ONU, dirige o Centro de Jerusalém desde 2000.

Programas:

Fronteiras defensíveis para Israel - Uma grande iniciativa de segurança e diplomacia pública que analisa as ameaças terroristas atuais e os requisitos territoriais correspondentes de Israel, particularmente na Cisjordânia estrategicamente vital, que Israel deve manter para cumprir suas necessidades existenciais de segurança e defesa.

Jerusalém na diplomacia internacional – Embaixador Dore Gold analisa os direitos legais e históricos de Israel em Jerusalém e expõe os perigos do compromisso que irá desencadear um novo ímpeto jihadista em seu livro The Fight for Jerusalem: Radical Islam, the West, and the Future of the Holy City (Regnery, 2007) O veterano jornalista israelense Nadav Shragai documenta quase um século de violência árabe desencadeada pelo mito de que os judeus estão tentando destruir a mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém na calúnia "Al-Aqsa está em perigo": A história de uma mentira. Shragai também é autor de Jerusalém: Delusions of Division (2015).

Combatendo a deslegitimação e o BDS– Um importante programa de diplomacia pública multilíngue expondo as forças que questionam a própria legitimidade de Israel, enquanto realiza iniciativas para fortalecer o direito fundamental de Israel à segurança e para reforçar a conexão entre o povo judeu e sua pátria histórica, incluindo Jerusalém. O programa também fornece recursos para comentaristas e educa os alunos para comunicar eficazmente essas mensagens para promover a mudança de atitude nas populações-alvo. As publicações incluem Direitos de Israel como um Estado-nação na Diplomacia Internacional (2011), Unmasking BDS: Radical Roots, Extremist Ends (2016).

Fórum da Lei Global – Um programa inovador que realiza estudos e avança com iniciativas políticas para proteger os direitos legais de Israel em seu conflito com os palestinos, o mundo árabe e o Islã radical.

Instituto para Assuntos Contemporâneos (ICA) – Um programa de diplomacia, fundado em 2002 em conjunto com a Fundação da Família Wechsler, que apresenta o caso de Israel em questões atuais por meio de briefings de alto nível por líderes governamentais e militares para o corpo diplomático estrangeiro e imprensa estrangeira, bem como produção e disseminação de materiais de informação.

Publicações do Centro de Jerusalém:

Jerusalém Issue Brief - Informações privilegiadas por altos funcionários do governo israelense, especialistas militares e acadêmicos, como parte do Instituto de Assuntos Contemporâneos do Centro.

Daily Alert - Um resumo diário de notícias e comentários com hiperlinks sobre Israel e o Oriente Médio da imprensa mundial e israelense.

Jewish Political Studies Review - Um jornal acadêmico fundado em 1989.

Sites do Centro de Jeursalém:

www.jcpa.org (English)
www.jcpa.org.il (Hebrew)
www.jcpa-lecape.org (French)
www.jer-zentrum.org (German)
www.facebook.com/jerusalemcenter
www.twitter.com/JerusalemCenter
www.youtube.com/TheJerusalemCenter

Presidente– Emb. Dore Gold
Diretor Geral– Chaya Herskovic
Presidente do Comitê de Direção – Prof. Arthur Eidelman

Comitê de Direção:

Maj. Gen. (ret.) Uzi Dayan
Prof. Rela Geffen
Zvi R. Marom
Prof. Shmuel Sandler
Howard M. Weisband

As alocações da Autoridade Palestina de salários mensais e benefícios para terroristas presos e libertados e para famílias de "mártires" chegam a US $ 300 milhões anualmente. Isso é 7% do orçamento anual da AP e mais de 20% da ajuda externa anual da AP. Essas recompensas financeiras, impostas pelas leis palestinas, demonstram o compromisso institucional da AP em patrocinar o terrorismo contra Israel.

Os líderes palestinos declaram que seus objetivos nacionais os comprometem a lutar contra o sionismo, mesmo por meio do terrorismo. Terroristas são heróis que lutam pela causa nacional e religiosa, que são glorificados e recompensados.

Os palestinos percebem as reações moderadas da comunidade de doadores a esses pagamentos como uma luz verde para continuar o incitamento ao terror. Legalmente, esses pagamentos violam os acordos de Oslo, as convenções internacionais sobre contraterrorismo e o direito internacional.

A maneira de lidar com esse sério problema é tomar consciência da ideologia palestina e sua institucionalização por meio do pagamento de salários para "combatentes". Por meio de meios legais, econômicos e políticos aplicados pelos doadores, a Autoridade Palestina pode perceber que essa ideologia e a política de pagar salários a terroristas são inaceitáveis e devem mudar.

Gen-Brig. Yossi Kuperwasser é Diretor do Projeto de Desenvolvimentos Regionais do Oriente Médio no Centro de Jerusalém. Ele foi ex-Diretor-Geral do Ministério de Israel para Assuntos Estratégicos e chefe da Divisão de Pesquisa da Inteligência Militar das FDI.

Centro de Relações Públicas de Jerusalém